

ACTA Nº. 2

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
25-10-2013**

Aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do **Senhor João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, José Francisco Matos Rodrigues Leote, Sara Paula Caetano Domingos, António Manuel dos Santos Rodrigues e Manuel António Simões Martins. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo.

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio, Carla Sofia Roma de Oliveira e Marco Filipe Sá Geração. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge e Marisa Sofia Cordeiro Parreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha e José David da Silva Ribeiro. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a Sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse de instalação à senhora Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade da eleita e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte da eleita, o senhor Presidente da Assembleia declarou-a investida nas funções. -----

Entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

**REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO
PARA O QUADRIÊNIO DE 2013-2017.** -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “Nós, em sede de comissão permanente, tentámos ver alguns aspetos com o senhor Murcela, por força da alteração da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como de ficamos de enviar o documento pré definitivo aos membros da assembleia, para recebermos algumas sugestões e de facto recebemos algumas sugestões, que têm a ver com pequenos lapsos e erros que constavam no regimento. -----

O anterior regimento funcionava bem em todos os aspetos, as únicas alterações que ocorreram, foram aquelas introduzidas pela lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente o artigo vinte e seis. -----

Não havendo nenhum pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número um à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “Regimento da Assembleia Municipal do Entroncamento para o quadriénio de 2013-2017” foi aprovado por unanimidade, com vinte e três votos, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos da Coligação Democrática Unitária, três votos do Bloco de Esquerda, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO DOIS ----- **ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES PARA A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIMT – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO** -----

O senhor **Presidente da Assembleia**, procedeu à leitura do artigo 83º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o qual se dá aqui como integralmente reproduzido, tendo afirmado que o nosso município se integra na alínea b) do nº 1, ou seja quatro membros.

Por ordem de receção chegaram três listas à mesa. -----

A primeira lista a chegar foi a do Bloco de Esquerda, que apresenta três candidatos: -----

Luís Filipe Dias Grácio; -----

Carla Sofia Roma de Oliveira; -----

Marco Filipe Sá Geração. -----

Esta é a lista A. -----

A lista B foi apresentada pelo Partido Social Democrata, e apresenta como membros efetivos: -----

José Miguel Filipe Baptista; -----

Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva; -----

João Sebastião Coutinho Lima Canaverde; -----

Rui Vítor Pires Bragança. -----

Primeira suplente – Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

A lista C subscrita pelo Partido Socialista, Coligação Democrática Unitária e Centro Democrático Social e apresenta como membros efetivos: -----

João António de Matos Lérias; -----

Mário André Balsa Gonçalves; -----

António Silvino da Costa Ferreira; -----

Mário Olímpio Clemente Ferreira. -----

Como suplentes: -----

José Francisco Matos Rodrigues Leote; -----

Sara Paula Caetano Domingos; -----

Telma Cristina Antunes Jorge. -----

Pedi a palavra **Luís Grácio**: “ Desde que o Bloco de Esquerda tem representação autárquica, temos tido representantes na Assembleia da Comunidade Intermunicipal. ----

Esta situação rever-se de um significado particular, pela promoção da pluralidade política, assim como também por refletir a diversidade de opiniões emanadas da sociedade num órgão supramunicipal. -----

Diversas iniciativas de âmbito intermunicipal foram suscitadas pelos representantes do Bloco de Esquerda as quais mereceram o apoio dos seus pares, a título de exemplo, citamos a luta contra as portagens na A23, a defesa do Centro Hospitalar do Médio Tejo, a defesa da água pública, a denúncia e o combate à anterior proposta de lei das competências das autarquias, etc. -----

O resultado das recentes eleições autárquicas, colocou novos desafios aos autarcas do Entroncamento, principalmente ao nível das freguesias e da assembleia municipal, não existir uma força política com maioria absoluta. -----

Neste contexto, eleitos pelo Partido Socialista tomaram a iniciativa de contactar o Bloco de Esquerda no sentido de se poder concretizar um acordo que viabilizasse a governação das respetivas autarquias. -----

Estando à partida disponível para assumir compromissos com a governação da coisa pública, o Bloco de Esquerda colocou entre outras, três condições para poder viabilizar um acordo: -----

- 1 – Um eventual acordo deveria ser tornado público; -----
- 2 – Dada a diferente composição das duas assembleias de freguesia, o acordo deveria ser alargado à CDU, não queremos dividir a esquerda, defendemos sempre a unidade; -----
- 3 – O Bloco de Esquerda reservava-se o direito de votar contra qualquer proposta que tivesse em claro antagonismo com o seu programa eleitoral. -----

Estas condições não foram aceites pelo PS, o qual, posteriormente, acabou por acordar coligações com a CDU como facilmente se poderá constatar na eleição para as juntas de freguesia do concelho. -----

Recentemente o PS voltou a tomar a iniciativa de propor a preparação de uma lista conjunta para a eleição dos representantes do Entroncamento à Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, e o Bloco de Esquerda de espírito aberto à diligência e ao sinal de unidade que tal sugestão parecia encerrar, unicamente colocou a indispensabilidade de que a composição da lista respeitasse os resultados eleitorais acabados de apurar, tal não foi o entendimento do Partido Socialista, que propondo ao Bloco de Esquerda um lugar não elegível, em nada coincidente com o nosso resultado eleitoral, verdadeiramente não desejava a unidade, nunca a unidade se poderá estabelecer na base de uma flagrante injustiça. -----

A bem da total transparência da política local, tem de saber-se em que premissa se baseia a aliança do PS com a CDU. -----

O acordo entre o PS e a CDU como de resto, quaisquer acordos entre partidos podem ser de cavalheiros, mas, entre partidos com responsabilidade, não podem ser secretos. -----

O segredo foi a alma do negócio em negócios privados, é inadmissível que, quando como agora, estão em causa compromissos públicos assumidos com os eleitores.

O que cedeu cada partido? -----

Quais as bases de entendimento? -----

Afinal há nesta assembleia quantos partidos da oposição? -----

Quantos partidos compõem a maioria das decisões estratégicas para o nosso concelho? -----

Todos os eleitores têm o direito de saber, neste caso, qualquer silêncio não é de ouro, é de chumbo. -----

Concretamente no que se refere à eleição a que vamos proceder, para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, fazemos juntar que no seu extenso programa eleitoral o Partido Socialista nunca anunciou uma única proposta ou ideia no plano regional. -----

A CDU limita-se a falar na cooperação com os concelhos limítrofes, é este o pobre substrato político da lista apresentada pela nova maioria, agora alargada ao CDS.

Sempre fizemos uma oposição construtiva, nunca fomos contra por ser, sempre apresentamos propostas alternativas e soluções para os problemas com que a autarquia se depara. -----

No plano regional apresentámos cinco pontos problemáticos, nos quais por agora apenas destacamos a defesa de regionalização, com regiões dotadas de órgãos democráticos e diretamente eleitos. -----

Para concluir uma coisa é certa, desde já todos ficamos a saber e sem qualquer dúvida, que o Bloco de Esquerda está na oposição. -----

É nestas circunstâncias que a nossa lista de candidatos se compromete a defender os interesses do Entroncamento na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e ser uma voz ao serviço das populações de todo o Médio Tejo.” -----

Intervio **Mário Balsa**: “ Pelo apreço que tenho a este órgão, pelo apreço que tenho à democracia, é necessário elencar algumas indicações relativamente à constituição da lista que foi apresentada por três forças partidárias. -----

Convém ressaltar e não negando uma aproximação que houve inicial junto do Bloco de Esquerda, que efetivamente procurámos desde o início algum consenso, algum caminho comum que nos pudesse levar a uma convergência de ideias, a uma unidade maior e uma representatividade maior. -----

Nesse sentido, e obviamente não tendo conseguido chegar a um entendimento, o PS e o Bloco de Esquerda optaram por não continuar com essa negociação. -----

Relativamente à questão do programa, quando se elaborou o programa eleitoral que foi sufragado e bem sufragado que nos deu a maioria absoluta na Câmara Municipal, ao fazer esse programa tivemos o cuidado de elencar aquilo que nos parecia os pontos-chave para uma governação saudável no Entroncamento. -----

Excetuando esta questão, penso que todos aqui dentro têm conhecimento daquilo que são as propostas em termos regionais ou nacionais do Partido Socialista e nesse sentido, obviamente procuramos sempre que exista um reforço de competências que emanem a nível nacional para as comunidades intermunicipais que permitam uma proximidade maior com os cidadãos, que permitam um trabalho mais efetivo e de maior qualidade junto dos cidadãos. -----

Também nesse sentido, procurámos esta lista mais abrangente, que fico muito feliz de apresentar uma lista que apresenta três partidos diferentes e que representa um espectro político partidário bastante alargado. -----

Tenho clara consciência, clara convicção de vamos conseguir fazer um trabalho bastante positivo, um trabalho em que o debate de ideias saia fortalecido, fruto desta diversidade que apresenta a nossa lista.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Ouvimos com alguma preocupação a intervenção do senhor deputado Luís Grácio, primeiro porque não corresponde à realidade aquilo que o senhor deputado diz. -----

Primeiro, não é nenhuma coligação é um entendimento. -----

Segundo, não é a primeira vez que nós viabilizamos órgãos executivos, como o que aconteceu durante dois mandatos na Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, que foi a única maneira de dar estabilidade a uma Junta de Freguesia que tinha sido recentemente criada e também não lhe chamamos coligação, sempre mantivemos a nossa independência política e ideológica, foi um entendimento em termos de funcionamento de um órgão que tinha muitas fragilidades. -----

Fazemos sempre as coisas pelas claras, não são acordos de cavalheiros, infelizmente a lei da forma como ela foi alterada, porque todos nos lembramos da lei das comunidades urbanas e como é que eram eleitos os representantes para as assembleias das comunidades urbanas, que eram feitas em termos da região e não dos municípios e veio criar aquilo que está a acontecer no Entroncamento que é um entendimento entre as diversas forças políticas para eleger para a comunidade intermunicipal. -----

Frisamos que mantemos a nossa independência política, como a temos mantido até agora, não é por um entendimento destes que vamos deixar de ter os nossos princípios e a nossa atuação. -----

Por outro lado, sentimos orgulho por termos viabilizado executivos em duas freguesias, achamos que quem ganha as eleições tem direito a governar.” -----

José Baptista referiu: “ Quanto ao entendimento que aqui foi apresentado, é um entendimento pós-eleitoral tão legítimo como outro qualquer e quanto a isso, o PSD obviamente que o aceita democraticamente, nem tem nada que fazer considerações a isso.-----

Senhor deputado Mário Balsa, permita-me que lhe diga, se sabe como é que funciona a assembleia intermunicipal, certamente que saberá, não é por o Partido Socialista levar um membro de cada uma das forças políticas que se coligou, que o Entroncamento vai ter mais força. -----

Que me diga que se sente bem, confortável com isto, compreendo perfeitamente, agora não diga que isso é melhor para o Entroncamento, porque dizer às pessoas que isto é melhor para o Entroncamento, é quase que enganá-las.” -----

Referiu **Mário Ferreira**: “ Enquanto único deputado do CDS, aceitei fazer parte da lista proposta e só queria frisar novamente o que disse o deputado da CDU, que isto não é nenhuma coligação é um entendimento sobre a constituição de uma lista. -----

Relativamente à minha posição enquanto deputado municipal e se vier a ser eleito para a assembleia intermunicipal, só posso garantir a defesa do Entroncamento. -----

Tenho uma postura de contribuir ou colaborar com a construção de soluções para a nossa cidade e é isso que pautará eventualmente a minha atuação.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número dois da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Lista A três votos; -----

Lista B cinco votos; -----

Lista C treze votos. -----

Continuando o senhor Presidente da Assembleia referiu: “ De acordo com o método de Hondt, são eleitos três membros da lista apresentada pelo Partido Socialista,

Coligação Democrática Unitária e Centro Democrático Social e um membro da lista apresentada pelo Partido Social Democrata. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----
ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA E SEU SUBSTITUTO, NO XXI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES -----

Foi concedida a palavra ao senhor **Ezequiel Estrada**, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima: “ Atendendo à ocupação já anteriormente deste lugar, fiz parte de alguns congressos e vou tomar a posição de abdicar desta situação a favor do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, para que ele tenha a oportunidade de estar presente num congresso que é importante para as autarquias.” -----

Interveio o senhor **Rui Maurício**, Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista: “ De facto foi conversado entre mim e o Ezequiel Estrada em relação a este assunto e decidimos que eu iria a este congresso e ele ficaria a suplente, no próximo congresso ver-se-á.” -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número três da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Dezasseis votos a favor do Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista;

Sete votos em branco. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

DESIGNAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDM DO ENTRONCAMENTO -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Como sabem, a Câmara Municipal tem um representante na comissão de revisão do PDM, a Assembleia Municipal também tem um representante e como o nosso representante era o Rui Gonçalves, o anterior membro e atendendo a que ele não foi eleito para este órgão, conversou-se com ele e ele de boa vontade, entendeu que efetivamente não faria sentido continuar na comissão. ----

Quero deixar aqui um agradecimento ao Rui pela sua disponibilidade e compreensão em relação a este assunto, e fez chegar à assembleia um documento aonde ele renunciava o seu direito ao mandato na comissão de revisão do PDM. -----

Assim sendo, vamos proceder à eleição de um novo representante. -----

Vai passar um boletim de voto que contém o nome de todos os membros e portanto, todos nós teremos a oportunidade de escolher o representante que queremos na comissão de revisão do PDM. -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Para que possamos votar o senhor Presidente acabou de dizer que não há nenhuma indicação, nós na altura o senhor Rui Gonçalves candidatou-se ao lugar e a Assembleia Municipal votou, não sei se o Partido Socialista quer indicar um nome para dizer quem é que gostaria que estivesse nesse lugar, para que possamos todos votar e a pessoa a quem vamos pedir contas sobre a revisão do PDM.” –

Referiu **Mário Balsa**: “ Sem grande problema, naturalmente pensámos num nome, foi conversado uma vez que a representatividade está garantida através da Câmara Municipal, e nesse sentido, articulámos com a CDU que fosse feita uma indicação, presumo que seja o deputado da CDU, senhor António Ferreira.” -----

Prossigui **António Ferreira**: “ Nas conversas que nós tivemos nós aceitamos e aceitamos com o intuito de primeiro dar conhecimento dos trabalhos da revisão do PDM

à Assembleia Municipal, depois suscitar a discussão deste instrumento fundamental de urbanismo na assembleia e a suscitar também em conjunto com os outros órgãos nomeadamente a Câmara, uma discussão pública, séria, sobre este instrumento e sobre os problemas que o Entroncamento atravessa neste momento e a sua resolução. -----

Queria salientar que o senhor Rui Gonçalves fez um papel importante no acompanhamento, através dele tivemos conhecimento de algum acompanhamento sobretudo na comissão permanente e portanto, eu só desejava estar à altura dele e fazer melhor ainda do que ele se possível.” -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Efetivamente o Rui Gonçalves antes de renunciar, ele teve uma conversa comigo, aonde me pôs a parte de todos os trabalhos que foram desenvolvidos, inclusivamente do parecer da Assembleia Municipal que consta dos trabalhos na comissão.” -----

Pediu a palavra **Carla Oliveira**: “ Nós trazemos uma proposta que gostaríamos de apresentar à mesa. -----

A pessoa que nós propomos, vem no sentido de nós acharmos que é necessário nós termos uma atitude mais proactiva e que desbloqueia a ação desta comissão e sabemos que isso não depende exclusivamente do membro que saia daqui eleito, mas pelo menos que essa pessoa tenha um papel de denúncia e no fundo tentar instigar a que o trabalho se desenvolva nesta comissão. -----

Portanto, o nome que nós trazemos aqui é do deputado Luís Grácio. “ -----

Seguidamente foi feita a distribuição dos boletins de voto, procedeu-se à chamada para a colocação dos respetivos boletins na urna. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

Após o escrutínio da votação secreta, o ponto número três da ordem dos trabalhos obteve a seguinte votação: -----

Quinze votos a favor de António Silvino da Costa Ferreira; -----

Oito votos a favor de Luís Filipe Dias Grácio. -----

Referiu o Senhor **Presidente da Assembleia**: “ Passo a ler só por uma questão de princípio, para que conste em ata também, a carta que foi dirigida pelo senhor Rui Pedro Dias Gonçalves, à Assembleia Municipal: -----

Venho por este meio comunicar a V. Ex^a que pretendo colocar ao seu dispor o cargo para que fui eleito no anterior mandato como representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor Municipal do Entroncamento. -----

Mais, coloco-me ao seu dispor, ou de quem for eleito para o cargo, para prestar eventuais esclarecimentos que entendam por necessários. -----

Quero pedir autorização para que todos os pontos que hoje foram aqui aprovados em minuta produzam efeitos imediatos, ou seja, aprovados em minuta. -----

Como sabem, o regimento prevê isso, mas o regimento só entra em vigor no dia imediatamente a seguir à sua aprovação, o que significa que aprovámo-lo hoje mas não está em vigor e estes assuntos hoje aprovados necessitam obviamente de entrar em vigor e por isso, se não houver objeção nenhuma, se ninguém na assembleia tiver objeção em relação a este princípio que é um princípio regimental, mas que tinha de ser falado para constar. -----

Não havendo nenhuma objeção os assuntos aprovados, consideram-se aprovados em minuta para produzirem efeitos imediatos.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e duas horas e quinze minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª Secretária:

A 2ª Secretária: